



## **Governo central tem superavit primário de R\$ 43,9 bilhões acumulado em 12 meses até março, mas a resultado primário poderá se tornar negativo ainda em 2023, alerta IFI**

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (19) o Relatório de Acompanhamento Fiscal de abril. Em uma versão mais enxuta, adotada de agora em diante, a edição deste mês traz um comentário especial sobre o PLDO 2024 e o novo arcabouço fiscal.

### **Cenário macroeconômico**

A IFI manteve sua projeção para o IPCA em 5,6% em 2023. Em 2024 a projeção foi revisada ligeiramente de 3,9% para 4,0% em 2024. As projeções para o PIB permaneceram em 0,9% e 1,4% neste e no próximo ano. O Índice de Commodities – Brasil (IC-Br) calculado pelo Banco Central recuou 2,8% entre fevereiro e março. Em doze meses, o índice acumulou contração de 14,0%. Por um lado, o aperto monetário nas economias avançadas e a perspectiva de desaceleração econômica global são fatores de queda para os preços de commodities. Por outro lado, a recuperação da China após a reabertura da economia e a decisão recente da Opep+ de reduzir a produção de petróleo são fatores de alta. Como há diversas forças atuando sobre os preços de commodities, o cenário prospectivo, e o conseqüente impacto sobre a inflação, ainda é incerto.

### **Cenário fiscal: resultado primário**

Entre março e abril, a expectativa da IFI para o déficit primário do governo central em 2023 e 2024 permaneceu estável em 1,2% do PIB e 1,0% do PIB, respectivamente. No acumulado de 12 meses, o resultado primário do governo central observado em março foi positivo em R\$ 43,9 bilhões, enquanto o resultado primário recorrente (que exclui receitas e despesas atípicas) apresentou superavit de R\$ 61,8 bilhões. Apesar dos números positivos obtidos no mês passado, o resultado primário poderá se tornar negativo ao longo de 2023.

### **Cenário fiscal: Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)**

A IFI estima que a DBGG suba a 78,1% do PIB ao fim de 2023 e a 81,0% em 2024. A piora esperada do resultado primário do setor público consolidado, saindo de um superavit de 1,3% do PIB em 2022 para déficits de 1,4% do PIB em 2023 e 1,2% do PIB em 2024, e o aumento da taxa real de juros implícita da dívida bruta, de 4,8% a.a. em 2022, para 6,0% a.a. em 2023, são fatores que justificam a projeção.

### **PLDO e o novo arcabouço fiscal**

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024 foi enviado ao Congresso no dia 14 de abril, antes da apresentação formal do novo arcabouço fiscal.

Como o teto de gastos não é compatível com a atual estrutura de despesas primárias, o PLDO foi enviado com despesas condicionadas à aprovação da nova regra fiscal.

A meta de deficit primário para 2024 é de 0% do PIB. Seu cumprimento depende da recomposição de receitas e da aprovação do novo arcabouço, inclusive para (i) a manutenção do pagamento das despesas condicionadas que excedem o teto de gastos (regra vigente) previsto para o ano que vem, e (ii) a realização de receitas que sejam capazes de sustentar o deficit proposto sem ter que reduzir o gasto projetado.

Caso o Congresso não aprove a nova regra fiscal, duas alternativas se colocam: (i) manutenção do atual teto de gastos sem executar R\$ 172 bilhões (referentes às despesas condicionadas à aprovação da regra fiscal), levando ao *shutdown* da máquina pública, ou (ii) alteração do teto de gastos para abrir mais uma exceção no orçamento de 2024.

### **Salário mínimo**

O PLDO de 2024 usou a premissa de que o salário mínimo seguirá apenas a recomposição da inflação. No entanto, o governo sinalizou a intenção de criar ainda este ano uma política de valorização do salário mínimo. A nova regra para as despesas primárias totais prevê que o crescimento real do gasto deve girar em torno de 0,6% e 2,5%.

Assim, a título de exemplo, a IFI calculou o impacto da variação do salário mínimo (SM) considerando duas hipóteses: crescimento real de 0,6%; e ganho real de 2,5%. Como as projeções para o PLDO não consideram uma valorização real do SM, qualquer medida que crie uma sistemática para a sua valorização, que esteja entre essas hipóteses consideradas, poderá pressionar as despesas entre R\$ 2,9 bilhões e R\$ 12,7 bilhões, e as receitas entre R\$ 47 milhões e R\$ 213 milhões, podendo ser tão maior quanto for o efeito do aumento real.

### **Relatório de Acompanhamento Fiscal**

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia e os resultados fiscais. Duas vezes por ano, nos meses de maio e novembro, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário fiscal para dez anos à frente. Sem prejuízo dessas revisões bianuais, com foco no médio prazo, desde junho de 2022 passamos a atualizar mensalmente as projeções de curto prazo, como forma de captar mais tempestivamente as dinâmicas das variáveis econômicas e fiscais, neste e no próximo ano. Acesse-os em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

### **Serviço:**

#### **Instituição Fiscal Independente**

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

[www12.senado.leg.br/ifi](http://www12.senado.leg.br/ifi) | [ifi@senado.leg.br](mailto:ifi@senado.leg.br)

Facebook: <https://www.facebook.com/ifibrasil>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>